

De novo às urnas!

EDITORIAL

Há exatos 22 anos, a população brasileira ocupava as ruas do país para pedir eleições diretas para presidente. Após viver durante anos sob o comando dos militares, o brasileiro exigia o fim da tutela das fardas e o direito de escolher seu presidente. Em Belo Horizonte, 300 mil pessoas tomaram a Praça da Rodoviária. A essa altura, a perda de prestígio do Regime Militar junto à população era enorme.

No dia 16 de abril, pouco antes da votação da Emenda das Diretas, um último comício em São Paulo lotava o Vale do Anhangabaú, que recebeu uma multidão estimada em mais de 1,5 milhão de pessoas - a maior manifestação de rua vista no país. O principal adversário era o Colégio Eleitoral, mas um outro alvo passou a ser hostilizado: a Rede Globo de Televisão, que sempre se alinhou ao Regime Militar e preparou um esquema-monstro para cobertura dos comícios pelas Diretas Já. "O povo não é bobo/fora Rede Globo" foi o slogan mais famoso da época.

Lula se transformou no orador mais aplaudido da noite ao afirmar, em resposta ao general Rubem Ludwig, que aquela manifestação não era baderna: "Baderna é o Colégio Eleitoral". Às 20h30, exatamente no final do comício, o presidente João Figueiredo surgia em rede nacional de TV para anunciar sua proposta: diretas mais tarde, em 1988. E, enquanto a multidão se retirava calmamente, os fogos de artifício escreviam no céu a mensagem do comício: "Diretas, já".

Relembramos essa história porque no próximo domingo, iremos escolher pela quinta vez consecutiva o presidente da República e além dele, senadores e deputados federais e estaduais. Muitos companheiros têm demonstrado apatia e descrença no processo eleitoral após a revelação do caixa 2 nas campanhas políticas. Mas não podemos esquecer que todas as denúncias de corrupção só vieram à tona porque a Polícia Federal conquistou autonomia para investigar a todos - anônimos e poderosos, ricos e pobres - sem exceção.

Essa é uma forte demonstração de que nossa democracia - nascida há apenas 22 anos - está amadurecendo. Ainda falta muito para ter o país que sonhamos, mas não podemos deixar que a nossa indignação prejudique a consolidação da democracia, porque isso só irá beneficiar aqueles que querem ver o povo longe das decisões estratégicas para o país.

Por isso, não deixe de eleger representantes para a Assembléia Legislativa, Câmara dos Deputados, Senado e Presidência da República. Pense bem antes de escolher, buscando conhecer o passado dos candidatos e o que eles realmente fizeram em favor do povo brasileiro. Porque seu voto é sinônimo de cidadania e vale o fortalecimento da democracia no nosso país.

Diretoria do Sindieletro

chave
GERAL

477

JORNAL DO SINDIELETRO - CUT/UNE
Belo Horizonte, 25/09 a 2/10/2006

Cemig descumpre NR10 e mantém trabalho isolado

O item 10.7.3 da Norma Regulamentadora 10 (NR10) determina que os serviços em instalações elétricas energizadas em Alta Tensão, bem como aqueles executados no Sistema Elétrico de Potência não podem ser realizados individualmente.

Contudo, há cerca de um ano a Cemig adota o trabalho isolado na inspeção e plantão, em serviços em caixa energizada, troca de medidor, retirada de “gatos” e cortes de luz. Os trabalhadores terceirizados também atuam em umplá para a religação, corte de árvore e inspeção de medidor.

Para o diretor de Saúde e Segurança do Sindieletro, Ja-

iro Nogueira, os motivos do retorno do trabalho isolado são o quadro de pessoal bastante reduzido e a política voltada para garantir os lucros dos acionistas.

“A Cemig teve todo o tempo para se adequar à NR 10, mas não o fez porque a reestruturação envolve a contratação de mais pessoal, é o lucro acima da vida”, criticou. De acordo com Jairo, esta isto agrava as condições de saúde e segurança na Cemig.

“Quem vai socorrer o electricista acidentados se ele está trabalhando sozinho?”, questionou. Electricistas da inspeção e plantão da Cemig dizem que o clima é de medo.

“Atuamos com múltiplos riscos. Além de estarmos sozinhos, há sobrecarga de trabalho, muito estresse e exigência por produtividade”, relatou um electricista.

Outro trabalhador disse que há também o medo de agressões por parte de consumidores. “As fraudes são muito comuns e igualmente comuns são as agressões. Já houve casos de electricista que teve uma arma de fogo apontada para a cabeça”, lembrou.

Agora, outro problema se avizinha. O treinamento que a Cemig está oferecendo aos trabalhadores está sendo feito por técnico de segurança, quando a orientação do Crea é que o curso sobre a NR 10 seja coordenado por um engenheiro elétrico com especialização em saúde e segurança.



Electricistas correm maior risco com trabalho isolado

Segundo Paschoal Roberto Tonelli, conselheiro do Crea na Câmara de Engenharia Elétrica, o treinamento sobre NR10 envolve vários módulos e outras NR's, não ficando restrito à segurança. “Nossa preocupação é que as empresas, para cumprir o prazo, façam o treinamento com instrutores sem a devida qualifi-

cação”, afirmou. O gerente de Segurança no Trabalho, Saúde e Bem-Estar (RH/ST), João José Magalhães, negou que o treinamento da empresa se restrinja à Segurança. Segundo ele, a Cemig está realizando o curso por módulos e, no momento, está “complementando” o treinamento com um curso de segurança.

FALA TRABALHADOR

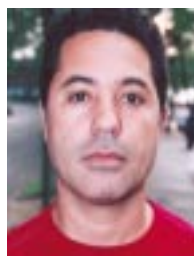
Fotos: Benedito Maia



“Espero que a campanha seja realizada com mais mobilização, pois isso é que

nos dará força. Precisamos de um bom reajuste salarial porque as coisas estão muito difíceis. Nós merecemos isso porque nos esforçamos muito em nosso trabalho. Vou fazer 20 anos na Cemig com o cargo de soldador. Com certeza, eu poderia estar muito melhor se a empresa desse mais condições de crescimento na carreira. Há pessoas que trabalham aqui e têm um salário maior do que o meu, desempenhando a mesma função. Eu e muitos trabalhadores precisamos de melhorias nas condições de trabalho.”

Isnaldo Cesário Franco
Soldador - GT/LS
Quarteirão 14



“Minha expectativa é que essa campanha seja proveitosa para a categoria,

que vença o lado do trabalhador. No ano passado, muitos itens da pauta não foram atendidos pela Cemig. O que aconteceu é que o abono salarial concedido fez com que o acordo fosse aprovado. Como um trabalhador que sempre participa das assembleias, vejo que em 2005 a participação dos trabalhadores foi grande, mas não o suficiente para que a campanha tivesse melhores resultados. Espero que neste ano mais pessoas compareçam a participem. Nosso sucesso depende disso.”

Henry Charles Batista
Técnico Químico - LFQ
Quarteirão 14

Empresas tiveram dois anos para se adequar

Representantes de sindicatos de electricitários, dentre eles o Sindieletro, e da FNU, se reuniram no dia 18 com o ministro do Trabalho, Luiz Marinho para denunciar o desrespeito à NR10 e a continuidade do trabalho isolado.

Como resposta, o Ministério do Trabalho criou uma força tarefa para fiscalizar empresas do setor que adotam o trabalho isolado. Uma nova reunião está marcada para 17 de outubro para definir o cronograma de fiscalização.

Fruto de uma democrática discussão de dois anos entre representantes dos trabalhadores, empresários e governo federal, a nova NR 10 entrou em vigor no dia 08 de dezembro de 2004, praticamente ao mesmo tempo em que o Sindieletro debatia o fim do trabalho isolado com a Cemig.

Para às empresas se ade-

quarem, a nova legislação estabeleceu os prazos de até 8 de março de 2005 para o fim do trabalho isolado e até 8 de dezembro deste ano para a finalização do treinamento sobre a aplicabilidade da NR10. Além disso, foi criada a Comissão Permanente Nacional de Segurança de Energia Elétrica com o objetivo de acompanhar a aplicação da Norma pelos representantes do governo, dos trabalhadores e empresários.

Segundo José Renato Barbosa, coordenador da Regional Leste e um dos dirigentes que acompanhou o debate sobre a nova NR 10, a Cemig, a exemplo das demais empresas do setor, teve dois anos para se adequar, mas agora desrespeita a NR10, podendo ser autuada e até interdita pelo Ministério do Trabalho.

O gerente do RH/ST insiste que o ponto sobre o trabalho isolado está em discussão na

Comissão. “É previsto que sempre que houver questionamento sobre a aplicabilidade da NR10, será definida uma nota técnica para mudanças. Este é o caso da discussão sobre o trabalho isolado. Não tomaremos nenhuma decisão até que esta discussão esteja encerrada”, afirmou.

Ministério do Trabalho Apesar da interpretação própria do gerente da Cemig, o diretor da FNU, Jesus Francisco Garcia, enfatizou que discutir o trabalho isolado na Comissão de Segurança e Energia não representa permissão para o descumprimento da NR10.

“Não vamos negociar qualquer questão que coloque em risco a vida dos electricitários. Negociamos, sim, o fim da precarização e o trabalho decente para todos”, avisou.

Tarifa alta aumenta número de “gatos”

Consumidores residenciais de Belo Horizonte e Região Metropolitana recorrem a instalações clandestinas para garantir energia em suas casas. O principal motivo são as altas tarifas cobradas pela Cemig, que tem uma das contas de luz mais caras do Brasil.

Segundo estimativas, o consumo não faturado é responsável por um prejuízo anual de cerca de 110 milhões para a Cemig. Na Região Metropolitana a prática é facilmente detectada, seja por meio de desvios na rede elétrica, os chamados “gatos”, ou alterações nos medidores de energia. Feitas de maneira irregular, estas ligações podem prejudicar toda a comunidade porque sobrecarregam a rede, provocando suspensão do fornecimento ou picos de energia.

Para Henderson Hirata, diretor do Sindieletrô, o que pesa no bolso do consumidor é a tributação de 30% do ICMS, que

vai direto para os cofres do governo estadual. “Se a conta de luz fosse mais barata, as pessoas poderiam utilizar mais energia. Assim, o lucro da Cemig seria maior. Temos que nos envolver na luta pela redução da tarifa e abandonar a idéia de que uma conta com carga tributária menor abaxaria os lucros e, conseqüentemente, a Participação nos Resultados”, afirma.

De acordo com informações do jornal Valor Econômico as companhias elétricas tiveram perdas de receita na ordem de 18%, em 2005. Desde total, os “gatos” respondem por um percentual de

7,2%. Quando recebem reclamações, as equipes da Cemig vão até o local para desfazer as fraudes. No entanto, isso não resolve o problema, que tem causas sociais. “Acredito que as pessoas de baixa renda não querem viver na ilegalidade, mas também não conseguem arcar com o alto preço da conta de luz”, comenta Herom Raimondi Lima, diretor de Políticas Energéticas do Sindieletrô.

Herom também aponta a intensa terceirização como um dos fatores que contribuem para o problema. “A Cemig já teve um quadro próprio de leituristas e eletricitas, que eram trabalhadores que zelavam pela rede elétrica da empresa. Agora, a maioria destas funções estão entregues aos terceirizados, que ganharam um serviço de alta responsabilidade técnica, mas sem o devido reconhecimento na forma de remuneração e benefícios.

Para ele, sem boas condições de trabalho, não há como ter compromisso com a integridade da rede elétrica. Até o fechamento desta edição, a Assessoria de Imprensa da Cemig não respondeu aos pedidos de informações feitos pelo Chave Geral.

Quem gasta pouco não paga

Com um dos menores índices de “gatos” do país, a Companhia Paranaense de Energia (Copel) combate o problema das ligações clandestinas através de um programa de regularização fundiária junto às famílias que moram em áreas indevidamente ocupadas. Estas pessoas são incentivadas pelo governo a regularizarem a situação de suas moradias.

A iniciativa é fruto de uma parceria com a Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar), Companhia de Saneamento do Estado (Sanepar) e Ministério Público Estadual. Além disso, os consumidores paranaenses de baixa renda que consomem menos de 100KW/H por mês não pagam conta de luz. Atualmente, cerca de 250 mil famílias são beneficiadas pelo projeto.

Cemig fora da lista das melhores prestadoras de serviços públicos

Mesmo sendo uma das maiores e mais importantes concessionárias de energia elétrica do Brasil, a Cemig não entrou no ranking “As primeiras por ramo de atuação”, que faz parte do Guia “150 Melhores empresas para você trabalhar”, elaborado pelas revistas Exame e Você S/A.

Na categoria Serviços Públicos, o primeiro lugar ficou com a Companhia Paulista

Força e Luz (CPFL), seguida pela Elektro (companhia elétrica do interior paulista). “A Cemig só será considerada uma das melhores em serviços públicos quando passar a colocar os trabalhadores e a sociedade em primeiro plano. Atualmente, a companhia prioriza apenas os acionistas”, avalia Wilian Vagner, coordenador geral do Sindieletrô.

Em relação às políticas de incentivo à educação dos tra-

balhadores, a Cemig recebeu a nota 58,2, levando em consideração as bolsas de estudos para cursos de idiomas e pós-graduação, o auxílio-educação de R\$400 e “investimentos constantes em treinamento técnico”.

“A revista não citou as dificuldades do trabalhador para conseguir ajuda para estudar. Também é difícil entender como a Cemig foi colocada como uma empresa que inves-

te pesado em treinamento de pessoal sendo que 2006 foi marcado por um recorde de acidentes fatais”, avalia Wilian.

A empresa sequer foi citada no grupo de empresas com “Benefícios de Primeira”, mas sua política de remuneração foi considerada pela revista como “bastante agressiva”. “A Cemig apresentou a PR Extraordinária como uma ‘política de remuneração’, mas não disse que isso acon-

teceu apenas uma vez em toda a história da Companhia”, pondera Wilian.

Para Leonardo Timóteo, coordenador da Regional Metalúrgica, tudo o que os trabalhadores recebem é fruto de lutas árduas de toda a categoria. “A Cemig não deu nada de mão beijada e as quatro remunerações foram, na verdade, um instrumento de pressão para os trabalhadores venderem uma conquista”, finaliza.



Foto: Benedito Maia

PT e PSDB têm propostas diferentes para setor elétrico

Os programas de governo dos dois partidos refletem visões diferentes para o setor. Lula reforça inclusão social e o fortalecimento das estatais e Alckmin o estímulo à iniciativa privada.

Foto: Benedito Maia

Os coordenadores do Programa de Energia do PT, Maurício Tolmasquim, e do PSDB, Mauro Arce, são porta-voz na imprensa para as propostas para o setor até 2010. Para a população, interessa, principalmente, o compromisso das candidaturas com a política tarifária, a redução dos riscos de racionamento, a universalização do serviço e a visão sobre a privatização das estatais.

O diretor de Energia da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU/CUT) e diretor do Sindieletrô, Franklin Moreira, participa do Grupo de Trabalho de Energia do presidente Lula e avalia que o atual governo superou o endividamento do setor elétrico, provocado pelo racionamento de 2001 e pela má gestão tucana. “As estatais federais preparadas para a privatização saíram do Programa Nacional de Desestatização (PND) e voltaram a investir na expansão, evitando nova crise de desabastecimento”, avalia.

Política tarifária

Também falando pela candidatura de Lula, Tolmasquim disse que a busca por tarifas residenciais deve ser alcançada pelos leilões públicos de energia, priorizando propostas de menor valor e não pelo

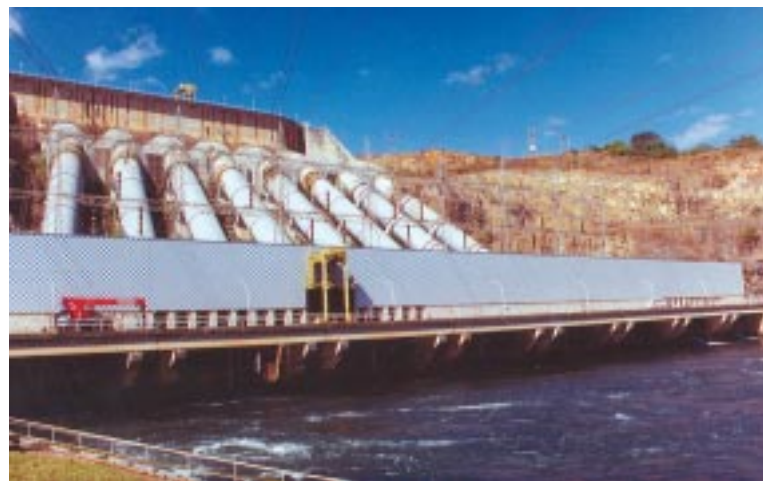
ágil pago. Ele responsabiliza a carga tributária atual, principalmente nos estados, pelo alto custo para os consumidores.

Segundo Arce, o PSDB buscará medidas para a modicidade tarifária, como a inclusão de custos de transmissão nos preços de leilão. Em entrevista à grande imprensa, outro representante do PSDB no setor, Ivan Camargo, disse, no entanto, que a “modicidade da tarifa deve ser dada pelo mercado e não induzida pelo governo”.

Privatização das estatais elétricas

Mauro Arce disse que não há interesse tucano em privatizar, mas ressaltou que o papel das estatais é “suplementar à atuação privada”. Na primeira página do programa tucano, é citado o objetivo de “garantir igualdade de direitos das empresas particulares frente às estatais”.

Já no programa de Lula a proposta é fortalecer as estatais. Franklin Moreira avalia que, apesar do PSDB defender a reserva de mercado para empresas privadas, a privatização foi cortada do discurso de Alckmin pelo desgaste que a proposta gera, em função das mal sucedidas privatizações do ex-presidente FHC.



Candidatos garantem afastar o risco de apagão

Abastecimento e expansão energética

Lula anuncia a consolidação de investimentos para expandir a geração e transmissão de energia com a construção das hidrelétricas do Rio Madeira e Belo Monte. Também prevê a extensão das linhas de transmissão que interligam o país para evitar apagões e o estímulo às fontes de energia alternativa.

No debate, Arce, do PSDB, partido na Presidência na época do apagão, diz que há, hoje, risco de desabastecimento, o que foi descartado por Tolmasquim que afirma que o abastecimento está garantido até 2010. O PSDB propõe a exploração de fontes alternativas e

cumprir metas do Plano Decenal de Expansão da Empresa de Pesquisa Energética, criada no governo Lula.

Universalização do acesso à energia

Para o segundo mandato de Lula, a proposta é completar o Programa Luz para Todos, criado pelo atual governo, garantindo à totalidade dos brasileiros o acesso à eletricidade. O Programa, antecipou as metas de 2016 para 2008, e já levou energia para 1,4 milhões de famílias.

O programa do PSDB afirma que a política energética deve promover a inclusão social da população, mas não são apresentadas metas.

Trabalhadores associam Alckmin às privatizações

No Sindicato dos Trabalhadores Energéticos do Estado de São Paulo (Sinergia CUT) as propostas do ex-governador e candidato, Geraldo Alckmin, são recebidas com desconfiança, principalmente em relação às privatizações. Este ano, ainda como governador, Alckmin encaminhou a venda da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (Ceteep) e preparou a privatização da Companhia Energética de São Paulo (Cesp), para 2007.

Em agosto, o coordenador do PSDB no setor e secretário de Estado de Energia, Mauro Arce, foi convocado pela Assembleia Legislativa para dar esclarecimentos sobre o suposto privilégio à ISA antes do leilão da Ceteep.

O diretor de Comunicação do Sinergia/CUT, Roberto Mathias, diz que, à frente do governo do Estado e como presidente do Programa Estadual de Desestatização (PED), Alckmin comandou a privatização de todas as distribuidoras do Estado. “Aqui já privatizaram tudo e não há dúvidas de que Alckmin na Presidência será privatização do início ao fim”.

